

SEPARAÇÃO CONSENSUAL

FILHOS MENORES

SEPARAÇÃO CONSENSUAL, EM QUE OS CÔNJUGES ACORDAM SOBRE A GUARDA DOS FILHOS, DIREITO DE VISITA E INEXISTÊNCIA DE BENS A PARTILHAR

EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE, ESTADO DO, brasileiro (a), profissional da área de, portador (a) do CIRG n.º e do CPF n.º, residente e domiciliado (a) na Rua, n.º, Bairro, Cidade, Estado e, brasileiro (a), profissional da área de, portador (a) do CIRG n.º e do CPF n.º, residente e domiciliado (a) na Rua, n.º, Bairro, Cidade, Estado, casados entre si, mas separados de fato, por intermédio de seu (sua) advogado(a) e bastante procurador(a) (procuração em anexo - doc. 01), com escritório profissional sito à Rua, n.º, Bairro, Cidade, Estado, onde recebe notificações e intimações, vem mui respeitosa e à presença de Vossa Excelência propor: SEPARAÇÃO JUDICIAL CONSENSUAL pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos. DOS FATOS Os Requerentes contraíram núpcias em data de, sob o regime de, sem pacto antenupcial. Desta união nasceram os filhos (Nome dos filhos), em data de e, em data de, conforme certidões anexas. Comprovou-se a impossibilidade de vida em comum por incompatibilidade de gênios. Inexistem bens a serem partilhados. A mulher voltará a usar o nome de solteira, ou seja, As filhas ficarão na posse e guarda da mãe, podendo o pai visitá-las e tê-las em sua companhia quando o desejar. O marido concederá a pensão alimentícia às crianças em espécie, mensalmente, mediante recibo. DO DIREITO A presente ação encontra fulcro no art. 1571 e ss. do Novo Código Civil. DOS PEDIDOS Nestas condições, requer-se a Vossa Excelência: a) Intimação do representante do Ministério Público para atuar no feito. b) Procedência o presente pedido, para decretar a separação dos cônjuges. c) Deferimento, à Requerente o direito de usar o nome de solteira, ou seja, d) O benefício da Justiça Gratuita, tendo em vista que não possuem rendimentos que possibilitem o pagamento das custas processuais sem prejuízo do sustento próprio (atestado de pobreza em anexo). Dá-se à causa o valor de R\$, Nesse(s) Termos, Pede Deferimento. Local e data ... Advogado OAB ... cônjuge varão ... cônjuge virago